



Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**ORDEM DO DIA
PARA A 58ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 12 DE NOVEMBRO DE 2024**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 1095, de 2017, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary e outros. Dispõe sobre a política de prevenção das IST/HIV/AIDS com jovens e adolescentes. Pareceres nºs 627 e 1535, de 2018, e 1030, de 2019, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis. Emenda apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Parecer nº 408, de 2020, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável à emenda.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 85, de 2023, de autoria do deputado Carlos Cezar. Inclui o Município de Araçariguama na Região Metropolitana de São Paulo. Parecer nº 1795, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Assuntos Metropolitanos e Municipais e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 131, de 2016, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Institui a campanha "Abril Marrom" de prevenção e combate às diversas espécies de cegueira no Estado. Pareceres nºs 1774, 1775 e 1776, de 2017, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis. (Em anexo os Projetos de lei nºs 188 e 218, de 2017, e 584, de 2019).

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 137, de 2020, de autoria da deputada Janaina Paschoal e outros. Torna obrigatória a presença de profissional fisioterapeuta nas Unidades de Terapia Intensiva - UTIs, adulto e pediátrico. Parecer nº 211, de 2021, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 743, de 2021, da Comissão de Saúde, favorável com emenda. Parecer nº 996, de 2021, da Comissão de Finanças, Orçamento e

Planejamento, favorável ao projeto e à emenda. (Em anexo o Projeto de lei nº 470, de 2023).

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 844, de 2021, de autoria dos deputados Delegada Graciela e Marcio Nakashima. Veda a contratação e realização de publicidade impressa, eletrônica ou audiovisual de cunho misógino, sexista ou que estimule qualquer tipo de violência sexual para veiculação em qualquer meio de comunicação pelas empresas com sede no Estado. Pareceres nºs 179, de 2023, e 879, de 2024, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, favoráveis. Parecer nº 1805, de 2024, da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com emenda.

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 945, de 2023, de autoria dos deputados Luiz Fernando T. Ferreira e Rogério Nogueira. Obriga as concessionárias de rodovias do Estado a viabilizarem o pagamento das tarifas de pedágio via cartão de crédito, cartão de débito e Pix - pagamento instantâneo brasileiro. Pareceres nºs 1348, de 2023, e 1259 e 1806, de 2024, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Transportes e Comunicações e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1167, de 2023, de autoria da deputada Clarice Ganem. Proíbe a interrupção de acompanhamento educacional especializado, terapias e tratamentos para neurodivergências por motivo de idade. Pareceres nºs 1260, de 2023, e 1801, de 2024, respectivamente, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Reunião Conjunta das Comissões de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

8 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1264, de 2023, de autoria da deputada Analice Fernandes. Obriga os hospitais, clínicas e postos que integram a rede pública e privada de saúde do Estado a disponibilizarem funcionária do sexo feminino para acompanhamento de exames ou procedimentos que induzam a inconsciência total ou parcial da paciente. Parecer nº 1800, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

9 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1356, de 2023, de autoria do deputado Rômulo Fernandes. Declara como Patrimônio Histórico e Cultural do Estado o Parque Ecológico da Gruta Santa Luzia, em Mauá. Pareceres nºs 280 e

912, de 2024, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Educação e Cultura, favoráveis. Parecer nº 1807, de 2024, da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com emenda.

10 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1669, de 2023, de autoria do deputado Paulo Correa Jr e outros. Estabelece diretrizes para estímulo do turismo acessível e inclusivo para pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA. Pareceres nºs 1219, 1674 e 1804, de 2024, respectivamente, das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

11 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 79, de 2024, de autoria do deputado Altair Moraes. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado a Cultura Gospel. Pareceres nºs 1423 e 1796, de 2024, respectivamente, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da Reunião Conjunta das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favoráveis.

12 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 293, de 2024, de autoria da deputada Marina Helou e outros. Proíbe o uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos pelos alunos nas unidades escolares da rede pública e privada de ensino. Parecer nº 1722, de 2024, da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 1798, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com substitutivo.

13 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 339, de 2024, de autoria dos deputados André Bueno e Gil Diniz. Autoriza o Poder Executivo a criar o Protocolo "Bullying não é Brincadeira". Parecer nº 1797, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Educação e Cultura e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com substitutivo.

14 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 400, de 2024, de autoria do deputado Tomé Abduch. Estabelece tramitação prioritária dos processos administrativos para pessoas com deficiência, doença rara ou câncer. Parecer nº 1802, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com substitutivo.

15 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 466, de 2024, de autoria do deputado Gerson Pessoa. Altera os dispositivos das organizações da sociedade civil da Lei nº 2.574, de 04 de dezembro de 1980, atualizada pela Lei nº 17.370,

de 10 de maio de 2021, que estabelece normas para a declaração de utilidade pública. Parecer nº 1799, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável.

16 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 526, de 2024, de autoria do deputado Danilo Campetti. Institui o Banco de Currículos para Mulheres em Condições de Vulnerabilidade Social. Parecer nº 1803, de 2024, da Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Defesa e dos Direitos das Mulheres e de Finanças, Orçamento e Planejamento, favorável com substitutivo.

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE PRIORIDADE

Discussão e votação - Projeto de decreto legislativo nº 38, de 2024, de autoria da Mesa Diretora. Aprova a indicação de membro para integrar a Diretoria da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo - ARSESP. Parecer nº 1808, de 2024, da Comissão de Infraestrutura, favorável.